

## O DESTINO DAS COISAS E O MUSEU NACIONAL

*Manuelina Maria Duarte Cândido  
Diego Teixeira Mendes  
Rafael Santana Gonçalves de Andrade  
Mana Marques Rosa*

A Revista Eletrônica Ventilando Acervos, organizada pelo Grupo de Estudos Política de Acervos (Museu Victor Meirelles/IBRAM) se notabiliza por reunir e socializar práticas e conhecimentos acerca da gestão de acervos em museus.

O projeto de pesquisa “Os sentidos, os tempos e os destinos das coisas: abordagens interdisciplinares sobre cultura material”, vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Museologia e Interdisciplinaridade (GEMINTER) da Universidade Federal de Goiás<sup>1</sup>, se interessa pelos processos de produção, uso, descarte e (res)significação relacionados à cultura material, incluídos aí processos de patrimonialização e despatrimonialização. Inspira-se, largamente, da ideia de que a Museologia trata do destino das coisas<sup>2</sup> e na categoria coisas como a Antropologia tem discutido, especialmente Ingold<sup>3</sup>. No âmbito dos museus é desejável que o processo de musealização envolva critérios de seleção de acervos e eventualmente descarte, embora em torno deste haja ainda um certo desconforto.

Por estes interesses afins, sempre houve um desejo de colaboração entre nosso projeto e a Revista, que parece inadiável agora diante do grande desafio que o campo museal brasileiro tem pela frente de se repensar a partir de uma ruptura brutal em sua história como a que decorre do incêndio do Museu Nacional em setembro de 2018 e a perda de grande parte do seu acervo<sup>4</sup>.

Todo o simbolismo deste evento crítico em meio às celebrações dos 200 anos de pesquisa científica institucionalizada no Brasil e da instalação do primeiro museu ainda em funcionamento carrega a marca da necessidade de pensar a finitude das coisas, a possibilidade da morte dos museus e a capacidade inesgotável de se reinventarem destinos para nossos patrimônios. A comunidade acadêmica nacional e nossos profissionais e pesquisadores do campo dos museus reage com manifestações que ressaltam que o Museu Nacional vive e que é responsabilidade de todos olharem ainda mais atentos para os riscos de todos os demais museus.

### O MUSEU NACIONAL E SEUS 200 ANOS DE TRAJETÓRIA

A trajetória do Museu Nacional começa a partir das articulações que levaram a um decreto de D. João VI que criou o Museu Real em 1818. Entre as suas primeiras coleções estavam a de mineralogia (coleção Werner) e os remanescentes da antiga Casa de História Natural (Maia, 1852)<sup>5</sup>

<sup>1</sup>A partir de 2018 este projeto de pesquisa passa a ser desenvolvido também na Universidade de Liège, na Bélgica, onde atua sua coordenadora.

<sup>2</sup>BRUNO, Cristina. Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Márcio F. (Orgs.) **Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2009. (Livro eletrônico)

<sup>3</sup> INGOLD, Tim. “Trazendo as coisas de volta à vida : emaranhados criativos num mundo de materiais” in : **Horizontes Antropológicos**, v. 18, n. 37, Porto Alegre, jan/jun 2012, p. 25-44.

<sup>4</sup> Órgãos de imprensa divulgaram uma perda em torno de 90% do acervo, mas ainda não há informações quantitativas oficiais. O trabalho de resgate do acervo sob os escombros está em andamento no Palácio e tem gerado bons resultados. Também é possível que o quantitativo de acervo fora do Palácio fosse superior a 10% do total. O Museu Nacional e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) vêm trabalhando para tornar pública uma informação oficial o mais rápido possível.

<sup>5</sup> MAIA, Emílio Joaquim Silva. **Esboço histórico do Museu Nacional, servindo de introdução a trabalhos sobre as principais espécies zoológicas do mesmo estabelecimento**. Trabalhos da Sociedade Vellosiana. Rio de Janeiro: Biblioteca Guanabarensis, 1852.

um gabinete de história natural de propriedade de Francisco Xavier Cardoso Silveira, apelidado de Casa dos Pássaros, criado em 1784 e fechado em 1813. Esta antecedeu e originou o Museu Real instituído em 1818<sup>6</sup> por um decreto de D. João VI. Desde o seu princípio foi pensado como instituição dedicada à história natural. A primeira sede do Museu Nacional era, então, na “Casa dos Pássaros” (no Campo da Aclamação, atual Campo de Santana, Rio de Janeiro), onde ficou até 1892<sup>7</sup>.

Ao longo do século XIX, a instituição se consolidou como importante espaço de produção científica nas diversas áreas das ciências naturais e da antropologia. De fato, o Museu Nacional permite contar uma história de entrelaçamento entre os museus e as origens da pesquisa científica no Brasil<sup>8</sup>. As coleções, por sua vez, também foram crescendo e ganhando espaço. O Museu recebeu contribuição de vários pesquisadores naturalistas que passaram pelo Rio de Janeiro e chegou a incentivar pesquisas e expedições pelo país a fim de aumentar seu acervo já bastante diversificado.

A partir da década de 1880 o Museu passa por um período de grande repercussão e fortalecimento. Sob a direção de Ladislau Neto, a instituição se insere nos debates da época fortemente influenciados pelas teorias da evolução social e natural. Em 1882 é organizada uma grande exposição antropológica que foi amplamente divulgada e posteriormente relatada como um evento importante que marcou a cidade do Rio de Janeiro.

A repercussão que ganha o Museu a partir de suas pesquisas, produções e exposições, refletiu diretamente no fortalecimento de áreas de pesquisa da instituição, o que levou, por exemplo, à criação, em 1888, da 4ª seção que abrigava, na época, Antropologia, Etnologia e Arqueologia<sup>9</sup>.

Na década seguinte, mais precisamente em 1892, sua sede é transferida do Campo de Santana para o palácio da Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão, local em que se encontra até os dias de hoje.

O palácio, que também abrigou a família real portuguesa quando de sua chegada ao Brasil em 1808, era uma referência arquitetônica da história do Brasil sendo, portanto, ele mesmo, um elemento significativo do grande acervo material e imaterial que compreende a instituição.

Ao longo desses dois séculos de trajetória, o Museu Nacional atravessou os diferentes períodos da formação do estado brasileiro e mudanças significativas nas várias esferas do País. Em meio a esses rearranjos, em 1946 o Museu Nacional foi integrado à Universidade do Brasil, que depois veio a se tornar a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

As coleções continuaram sendo formadas com engajamento e apoio institucional. No início do século XX uma das expedições que deu fôlego e visibilidade para o Museu foi a participação de seu quadro de pesquisadores e funcionários na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (Comissão Rondon). O Museu Nacional foi o destino oficial de todo o material coletado no período

<sup>6</sup> É corrente na bibliografia que a instituição passou por sucessivas denominações como Museu Real (1818); Museu Imperial e Nacional (alteração de 1824 que se deve à então recente Independência do Brasil) e Museu Nacional (assumida em 1890, na sequência da Proclamação da República). Segundo informação pessoal de Crenivaldo Veloso Júnior, a quem agradecemos os inúmeros aportes a este texto, porém, “A documentação mostrava que mesmo antes de 1890, durante o século XIX era utilizada ora a expressão Museu Imperial e Nacional, ora apenas Museu Nacional. O Regulamento de 1842, por exemplo, trata a instituição como Museu Nacional.”

<sup>7</sup> SÁ, D. M.; SÁ, M. R.; LIMA, N. T. **O Museu Nacional e seu papel na história das ciências e da saúde no Brasil.** Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 34, n.12, 2018.

<sup>8</sup> LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus de ciências naturais no século XIX.** São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>9</sup> DUARTE, L. F. D. **O Museu Nacional: ciência e educação numa história institucional brasileira.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 25, n. 53, p. 359-384, 2019.

---

<sup>10</sup>SÁ et.al, op. cit.

em que esteve em vigor o trabalho da Comissão Rondon, de 1907 a 1915<sup>10</sup>.

No decorrer do século XX o Museu continuou como referência. Seguindo as novas perspectivas para a pesquisa e ensino superior no Brasil, pesquisadores do Museu Nacional participaram ativamente dos debates sobre a reestruturação universitária da década de 1960. Nesse contexto, o Museu compõe o conjunto de instituições que se engajaram na construção de programas de excelência para pesquisa e formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* e criou, em 1968, o primeiro Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do país.

Ao longo da segunda metade do século XX, a expressividade e participação da instituição no cenário acadêmico e científico continuou se ampliando. Toda a rede de pesquisadores de diversas áreas, colaboradores, quadro técnico, administrativo e de apoio rendeu ao Museu Nacional uma posição de prestígio e reconhecimento tanto no âmbito nacional quanto internacional. O acervo alcançou um montante de 20 milhões de objetos, que estavam organizados até 2018 nos departamentos de Antropologia (dividido em cinco setores: Antropologia Biológica, Antropologia Social, Arqueologia, Etnologia e Linguística), Botânica, Entomologia, Geologia/Paleontologia, Invertebrados e Vertebrados.

As diferentes áreas de pesquisa e ensino do Museu Nacional, desde os anos 1960, se organizaram em torno de programas de pós-graduação, resultando atualmente no total de seis programas, sendo eles voltados para Botânica, Zoologia, Antropologia Social, Arqueologia, Linguística e Geologia, entre os mais conceituados do país em suas respectivas áreas.

Além das coleções museológicas a instituição conta com a importante Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR)<sup>11</sup>, que abrigava documentos e arquivos históricos de grande relevância para a história brasileira. Acervo documental este que se somava à Biblioteca do Museu Nacional, criada em 1863 e detentora de obras raras do século XIX. Somando-se a esta Biblioteca o Museu ainda contava com uma das mais completas bibliotecas de Antropologia e Ciências Sociais do Brasil, a Biblioteca Francisca Keller, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

## O INCÊNDIO E OS NOVOS DESAFIOS

O incêndio que atingiu o Museu Nacional no dia 2 de setembro de 2018, como foi apresentado em nota oficial da instituição, atingiu o palácio da Quinta Boa Vista, em que estavam abrigadas, além da exposição de longa duração e exposições temporárias, as coleções de etnologia e etnografia, as coleções de entomologia, os arquivos do centro de documentação em línguas indígenas, as coleções de antropologia biológica, as coleções de arqueologia, documentos históricos da seção de memória e arquivos e a Biblioteca de Antropologia Francisca Keller do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Apesar de grande parte da instituição funcionar no Palácio, portanto, na área impactada pelo incêndio, ele não atingiu o prédio anexo,

<sup>11</sup>Apesar da perda material da documentação, a Seção não deixou de existir. Atualmente está trabalhado na recuperação digital de parte do patrimônio documental perdido e na produção de novos arquivos (físicos e digitais), em parceria com instituições como Arquivo Nacional, Fundação Oswaldo Cruz, entre outras.

o prédio da Biblioteca e o Horto Botânico, garantindo a preservação da coleção de invertebrados, do laboratório de conservação e restauração, da coleção do herbário, da Biblioteca e da maioria das coleções de vertebrados.

Este evento crítico gerou um enorme impacto não apenas para a comunidade da própria instituição, mas provocou comoção nacional e internacional. Sobreveio a ele o despertar das sensibilidades de toda a esfera acadêmica e de múltiplos parceiros e apoiadores.

Cabe ressaltar que o Museu realizava esforços constantes de aproximação com a sociedade, notadamente com a população da zona norte do Rio de Janeiro, interessado em popularização da ciência e democratização dos bens culturais.

O bairro de São Cristóvão, reduto privilegiado da família real e imperial de outrora, tornou-se ao longo do século XX parte desta região mais popular do Rio de Janeiro. A localização do Museu Nacional, aliada às diretrizes da instituição para se conectar com o público do entorno, tornou frequente a presença de famílias das vizinhanças e de outras partes da zona norte carioca, principalmente durante os finais de semana.

Destacamos o quanto esse aspecto diferencia sua atuação, demonstrando as possibilidades de acesso e diálogo com diversos setores da sociedade, uma vez que, ao mesmo tempo, continuava sendo um importante centro de produção científica do país, com agenda contínua de eventos acadêmicos e cursos de pós-graduação que garantiam a circulação de pesquisadores de diversas partes do país e do mundo.

A grande reação ao incêndio evidenciou a relação que o Museu tem com a sociedade, sua posição institucional histórica e o peso de suas coleções, produzidas ao longo de dois séculos, e que eram registros materiais da história e da memória do país. A par desta dimensão mais ampla e geral, podemos buscar também compreender as relações do Museu Nacional com questões específicas do Rio de Janeiro, como, por exemplo, sua atuação dos trabalhos de Arqueologia na área do Cemitério dos Pretos Novos e do Cais do Valongo, que permitiram alçá-lo a Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO.

Em sintonia com políticas nacionais de acesso amplo e democrático ao ensino e pesquisa de nível superior no Brasil, desde 2013 o Museu Nacional, inicialmente por parte do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, se engajou na implementação de sistema de ações afirmativas para o ingresso de alunos negros e indígenas nos cursos de mestrado e doutorado.

A abertura de vagas específicas para alunos negros e indígenas acionou um canal de diálogo e reflexão que tem produzido novas possibilidades de relações do Museu com os diversos segmentos da sociedade nacional. Além da área de ensino esse tipo de engajamento também aconteceu em outras, como naquelas responsáveis pelas coleções, no que tange às pesquisas e à curadoria.

Dois casos recentes são significativos para compreender estes novos usos do acervo. No Setor de Etnologia e Etnografia, responsável pelas coleções de objetos etnográficos do Museu Nacional, pesquisas na área da Antropologia

<sup>12</sup> LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Kanaxywe e o mundo das coisas Karajá: Patrimônios, museus e estudo etnográfico da coleção William Lipkind do Museu Nacional, RJ** [manuscrito]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás; CNPq, 2012.

<sup>13</sup> ANDRADE, R. S. G. de. **Os huumari, o obi e o hyri: a circulação dos entes no cosmo Karajá**. 2016. 108f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

<sup>14</sup> ANDRADE, R. S. G. de. **Colecionando Segredos: os aruanãs e as práticas de colecionamento no médio Araguaia**. Soc. e Cult. Goiânia, v. 21, n. 1, p. 49-71, 2018.

<sup>15</sup> LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Coleção William Lipkind do Museu Nacional: trilhas antropológicas Brasil-Estados Unidos**. Mana, v. 23, n. 3, p. 473-509, 2017.

<sup>16</sup> EWBANK, Cecília de Oliveira. **A parte que lhe cabe desse patrimônio: o projeto indigenista de He-loísa Alberto Torres para o Museu Nacional (1938-1955)**. 2017. 296f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

<sup>17</sup> EWBANK, Cecília de Oliveira; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Por detrás de uma coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro: vozes, silêncios e desafios**. MIDAS, 8, 2017.

<sup>18</sup> EWBANK, Cecília de Oliveira; GRIPP, Maria Pierro. **O oculto em movimento: resignificando uma coleção etnográfica na reserva técnica**. Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016.

<sup>19</sup> PACHECO DE OLIVEIRA, João; SANTOS, Rita de Cássia Melo. **Descolonizando a ilusão museal – etnografia de uma proposta expositiva**. In.: LIMA FILHO, Manuel; ATHIAS, Renato; ABREU, Regina. (orgs.). *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: Editora UFPE, 2016.

<sup>20</sup> PACHECO DE OLIVEIRA & SANTOS, op. cit., 53-54.

vinham sendo conduzidas com a preocupação de construir um canal de diálogo e reflexão em conjunto com os atuais grupos que têm relação direta ou indireta com as coleções abrigadas pelo Setor. Uma delas foi conduzida pelo Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho, da Universidade Federal de Goiás, intitulada *Kanaxywe e o mundo das coisas Karajá: Patrimônios, museus e estudo etnográfico da coleção William Lipkind do Museu Nacional, RJ*<sup>12</sup>. Esta pesquisa produziu e subsidiou outras produções entre 2013 e 2017 destacando a importância das coleções Karajá do Museu Nacional, contando com a colaboração e participação dos Karajá de Santa Isabel do Morro no processo de interpretação e reflexão sobre os objetos da coleção e sobre a trajetória percorrida pelos colecionadores/pesquisadores envolvidos no processo de construção da coleção (Andrade, 2016<sup>13</sup> e 2018<sup>14</sup>; Lima Filho<sup>15</sup>; Ewbank<sup>16</sup>; Ewbank & Lima Filho<sup>17</sup>; Ewbank & Gripp<sup>18</sup>).

Outra ação importante, com respeito a novas formas de se pensar os objetos e as coleções, se deu por iniciativa do curador do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira, que organizou uma exposição intitulada *Índios: os primeiros brasileiros*, em 2006, na cidade de Recife. Desde seu início a exposição já passou por Fortaleza, Rio de Janeiro, Natal, Salvador e Córdoba, na Argentina, além do Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília. A proposta da exposição, como explicam Santos e Pacheco de Oliveira<sup>19</sup>, foi procurar um diálogo com o público a fim de provocar novas reflexões sobre a história do Brasil, sobretudo com relação aos povos indígenas e seu papel na construção do país. Do ponto de vista museológico, ela busca experimentar novas formas de se pensar a elaboração de uma exposição e o trato com a cultura material indígena. Ao mesmo tempo, ela ressaltava a relação construída entre seus idealizadores/organizadores e as coletividades relacionadas ao projeto, no caso os povos indígenas nela representados.

Esta experiência em curso desde 2006 tem produzido importantes reflexões que propõem um novo foco das relações entre as instituições museais e os grupos aos quais estão direta ou indiretamente relacionadas. Como descrevem os autores, trata-se de rever o quadro desenhado pelos movimentos políticos e sociais contemporâneos que exige das instituições novas formas de atuação:

Se os museus sempre se pretendem produtores de fascínio e encantamento para os visitantes, a relação que as suas peças e imagens mantêm com coletividades vivas e temas políticos atuais torna-se objeto de jogos de significado e práticas que aqui chamamos de 'ilusão museal'. Os indígenas não podem ser mais as referências exemplares de populações colonizadas e tuteladas. No século XXI, tais fins não são mais compatíveis com os novos projetos políticos delineados por essas coletividades nem com as possibilidades que os brasileiros não indígenas veem para a própria nação. É preciso descolonizar as técnicas e pressupostos da 'ilusão museal', permitindo que os museus se transformem em espaços de afirmação dos direitos políticos e culturais dessas populações e possam contribuir para novos projetos de nação e utopias compartilhadas. Essa foi a nossa aposta!<sup>20</sup>

Todas essas iniciativas, sempre concatenadas com a produção acadêmica e o engajamento dos pesquisadores da instituição, mostram o quão vivo e

pujante foi sempre o cotidiano no Museu Nacional. Além de se tratar de uma instituição de referência para o país e para além de nossas fronteiras, notamos a preocupação de todos envolvidos com a instituição em atuar de forma inovadora, crítica e responsável. Os diversos atores implicados no Museu Nacional estiveram sempre atentos para as novas discussões e debates que atualizavam seus campos tanto no cenário nacional ou internacional, atentos ainda às novas configurações e arranjos da sociedade brasileira.

### “O MUSEU VIVE”!

A percepção da qualidade da massa crítica e dos saberes profissionais envolvidos com a instituição torna ainda mais doloroso reconhecer o impacto de um evento crítico como o incêndio, que é o tipo de ocorrência mais temido pelos museus, devido às perdas que se sobressaem geralmente tanto pela ação do fogo como pelas que o combatem<sup>21</sup>. Por outro lado, a existência deste infinito acervo imaterial de saberes, práticas sociais, redes de colaboração e afetos permitiu, desde o primeiro momento, quando os funcionários começaram a acorrer em pleno domingo ao museu em chamadas para tentar colaborar com o esforço de salvamento, entrever as perspectivas de sobrevivência da instituição.

Ao mesmo tempo em que figuras políticas, muitas delas em alguma medida responsáveis pelos sucessivos estrangulamentos financeiros a que ficam submetidas não só esta, mas inúmeras instituições dos campos da cultura e da educação, davam declarações vislumbrando uma imediata reconstrução do prédio e, em suas palavras, do Museu, pouco a pouco foi sendo delineada uma estratégia de recuperação mais paulatina que considerava outros aspectos da instituição: o Museu não é só a edificação, são as coleções, muitas delas irrecuperáveis, mas também os saberes tecidos a partir delas, os processos de trabalho interrompidos ou suspensos, as pessoas impactadas mas tomadas pelo desejo de se refazerem, as relações construídas com o público e os parceiros, que se refletiram em muitas frentes de esforço pelo resgate.

Importante ressaltar o momento em que o incêndio ocorreu por dois fatores que tornavam a situação ainda mais sensível: em 2018 celebravam-se os 200 anos do Museu Nacional. Era sabido que a instituição passava há muitos anos por inúmeros problemas e necessitava de investimento maciço para se restabelecer e estar à altura desta história e seu papel, especialmente no que diz respeito a investimentos para requalificação e ampliação de suas instalações. Muitas falas ao longo das comemorações retomavam a esperança de um investimento próximo, quase emergencial. Como que para ampliar a comoção, foi ainda neste ambiente festivo que sobreveio a tragédia. Outro aspecto que inflacionou seus efeitos foi o processo eleitoral em curso, já bastante conturbado pelo cenário político e social instável e polarizado em que se encontrava o país naquele momento. Em meio ao complexo cenário político e social em que ocorreu o incêndio, toda a comunidade do Museu Nacional, funcionários, pesquisadores, professores, estudantes, técnicos e demais colaboradores<sup>22</sup>,

<sup>21</sup> Duarte Cândido, Manuêlina Maria. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento.** 2ª Edição. Porto Alegre: Editora Medianiz, 2014. 240 p.

<sup>22</sup> Segundo levantamento feito à época por Crenivaldo Veloso, a quem gentilmente agradecemos, o quadro social do Museu girava, à época, em torno de 1000 pessoas. Este quadro é extremamente dinâmico, e será apresentado aqui em números aproximados: são cerca de 305 Servidores Públicos, sendo aproximadamente 90 docentes e 215 técnico-administrativos, 500 estudantes, 100 funcionários de empresas terceirizadas e 100 estagiários.

<sup>23</sup>O Ministério da Cultura foi extinto pelo novo governo de Jair Bolsonaro, empossado em 1º de janeiro de 2019, e passou a ser representado por uma Secretaria Especial da Cultura integrante do novo Ministério da Cidadania, que absorveu também o Ministério do Esporte e o Ministério do Desenvolvimento Social, mas permanece independente do Ministério da Educação.

viu-se diante de uma situação calamitosa, presenciando pesquisas e trabalho de dois séculos sendo consumido pelas chamas. Contudo, apesar da situação, foi notável o quão rápida e intensa se deu a união de todos os setores do Museu, de modo que a instituição agiu rapidamente para evitar, diante da opinião pública, a ideia de que o fato significasse o fim do Museu Nacional.

Nos discursos políticos o anúncio de investimento rapidamente se mostrou traiçoeiro, quando foi vinculado à criação de uma Agência Brasileira de Museus (ABRAM), que substituiria a autarquia federal do setor, Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). A nova agência teria a finalidade, segundo seus defensores, de agilizar a gestão de recursos privados que seriam mobilizados para a recuperação do Museu Nacional e dar mais eficiência futura à gestão dos museus federais. Inúmeros equívocos estavam envolvidos na proposta, a começar pelo fato de que o IBRAM nunca foi gestor do Museu Nacional, visto a autarquia ser responsável pelos museus do então Ministério da Cultura<sup>23</sup>, e a instituição em tela ser um museu pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ou seja, vinculada ao Ministério da Educação. O Ministro da Cultura se traiu em suas intenções ao declarar, em ato falho, que o incêndio poderia ser visto como uma “janela de oportunidades” para as mudanças que pretendia realizar. O IBRAM, após muita resistência de diversos setores do campo da cultura, permaneceu (ao menos até o presente momento), sem que a criação da ABRAM fosse finalmente aprovada no Congresso Nacional.

Na semana que se seguiu todos os departamentos e projetos do Museu Nacional passaram por um processo de reorganização no Horto Botânico, área dentro da Quinta da Boa Vista que não foi atingida pelo incêndio. A partir dali foi possível criar de certa forma um centro de gestão da crise, a fim de coordenar as várias frentes de reestruturação que se abriram após o incêndio.

Apesar da situação, rapidamente todos da instituição souberam colaborar para as exigências do novo contexto. As atividades dos programas de Pós-graduação foram retomadas no máximo quinze dias após o incêndio, tendo sido realocadas para as salas de um dos prédios do Horto Botânico. O espaço significamente reduzido não permitiu, contudo, que todas as atividades fossem conduzidas na quinta da Boa Vista. Para sanar a carência de espaço foi fundamental a colaboração imediata de outros departamentos da UFRJ e das demais Universidades e instituições de ensino superior no Rio de Janeiro, que ofereceram espaços para a realização de reuniões e atividades acadêmicas diversas.

O auge da crise gerou uma ideia de que o Museu Nacional talvez não conseguisse sobreviver às consequências das perdas. A resposta a esta expectativa negativa foi uma das mais importantes iniciativas da instituição, na forma de uma campanha intitulada “Museu Nacional Vive”. Se para quem era próximo da instituição era evidente a mobilização de todos seus setores e departamentos, engajados em manter a continuidade das atividades da instituição, era preciso ainda tornar amplamente conhecido o intenso trabalho que vinha sendo conduzido. Desse modo, a campanha foi fundamental para dizer publicamente para a

sociedade brasileira e para o mundo que apesar das dimensões avassaladoras do incêndio, a instituição continua viva e em pleno funcionamento por meio de seu quadro de funcionários, pesquisadores, professores, alunos e colaboradores.

O trabalho de resgate iniciou-se quase imediatamente após o incêndio, passada apenas a consolidação das estruturas para evitar risco às pessoas envolvidas. Trata-se de um trabalho minucioso, coordenado pelos especialistas do próprio Museu, previsto para durar cinco anos. Cada descoberta é intensamente festejada e atualiza a motivação da equipe. Graças a ele foi possível recuperar, por exemplo, os principais fósseis da paleobotânica e o crânio de Luzia, a primeira habitante do continente americano, uma das peças mais célebres do acervo.

Peças recuperadas desta forma compuseram a primeira exposição do Museu Nacional após o incêndio. Intitulada “Museu Nacional Vive – Arqueologia do Resgate”, ela foi realizada de 27 de fevereiro a 29 de abril no espaço do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) do Rio de Janeiro. Por seu intermédio foi possível tornar público parte dos resultados do trabalho de resgate realizado pela equipe formada por sessenta pesquisadores. Dos itens encontrados em meio aos escombros até a data<sup>24</sup>, 103 foram selecionados para compor a mostra, além de outros objetos emprestados, doados ou que não estavam no local no momento do incêndio.

Dentre eles destacam-se a reprodução do Trono de Daomé, totalmente consumido pelo fogo, realizada em papel machê por uma criança de 11 anos do Rio de Janeiro e doada ao museu, mantas de algodão carbonizadas com parte do que restou da coleção de entomologia, peças parcialmente queimadas como fósseis, crânios, cerâmicas, bem como fragmentos arquitetônicos da edificação. Tais objetos representam a história do próprio incêndio, contextualizada na exposição como meio de anunciar a continuidade do museu e a relação que estabelece com o seu público. Os demais artefatos trazidos para compor a mostra foram selecionados visando o seu valor simbólico para a instituição e o diálogo que estabelecem com os itens resgatados e apresentados na exposição.

Nossa proposta neste volume especial da Revista Ventilando Acervos foi não somente pensar sobre o que se perdeu e o que restou dos acervos do Museu Nacional, mas trazer pesquisadores que pensem sobre as fragilidades e riscos que envolvem o patrimônio, as biografias das coisas e seus trânsitos de ida e vinda entre comunidades e museus, as possibilidades e limites da preservação e da gestão do destino das coisas em longa duração.

Colocar os acervos em evidência como ponto de reflexão, significa, entre outras questões, fazer emergir complexos processos de formação dos acervos, sua continuidade na história das instituições, as transformações e continuidades de significados e sentidos das coleções e objetos sob a guarda de uma instituição museal. Pensando, nesse sentido, a biografia das coisas, como nos inspira a obra coletiva organizada por Arjun Appadurai<sup>25</sup>, podemos lançar um olhar qualificado sobre os múltiplos eventos que compõem as trajetórias biográficas das coisas - neste caso, o próprio Museu Nacional como um imenso artefato.

<sup>24</sup> Na ocasião, em torno de dois mil itens, hoje chegando a mais de cinco mil objetos resgatados.

<sup>25</sup> APPADURAI, A. (Org). A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008.

Não se trata, contudo, de reproduzir uma linearidade histórica em uma linha sucessiva de acontecimentos, mas de, a partir da produção de autores (as) colaboradores (as), pensar as situações - no amplo sentido - envolvendo determinados objetos, coleções ou mesmo as instituições que os (salva)guardam. São convidados profissionais e alunos de cursos de Pós-graduação do Museu Nacional, mas também outros pesquisadores externos à instituição que contribuam de uma forma mais ampla para a reflexão sobre tensões entre preservação e risco de perdas que envolvem processos de musealização. Alguns artigos apresentam imagens históricas ou recentes das salas de exposição do Museu, de modo a enriquecer este volume também com o registro visual de alguns de seus aspectos anteriores ao incêndio, que podem ser úteis para outras pesquisas ou para quem não teve a oportunidade de conhecer o Museu pessoalmente.

O texto de **André Onofre Limírio Chaves** sobre a coleção egípcia do Museu Nacional tem por objetivo abordar a história da formação desta que foi a primeira coleção egípcia da América Latina. O autor faz uso de fontes como relatos de viajantes e matérias de jornais da primeira metade do século XIX de forma a destacar a importância da coleção para a formação do museu, mas também sua percepção pelos habitantes da Corte. Ao falar sobre o destino da coleção após o incêndio, informa que foram recuperadas cerca de três centenas de peças, especialmente as de materiais mais resistentes, mas que todas elas carregam agora as “marcas da tragédia, da exposição a altas temperaturas, dos sucessivos desabamentos do prédio e do contato com a água”, enquanto outros, muito emblemáticos, como as múmias e sarcófagos, existem apenas na memória de quem os viu, mas também em trabalhos como este.

Ao apresentar a Exposição Antropológica Brasileira de 1882, **Michele de Barcelos Agostinho** retoma a sala Lund e um tema bastante candente na atualidade, a exibição de remanescentes humanos em museus. A exposição, organizada por Ladislau Netto, então diretor do Museu Nacional, permaneceu aberta à visitação por três meses, apresentando cerca de oito centenas de objetos etnográficos, arqueológicos e antropológicos adquiridos junto aos indígenas. Entre as oito salas que ocupou na instituição, uma delas, denominada Sala Lund em homenagem ao naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund, famoso por suas pesquisas em Lagoa Santa (Minas Gerais), era dedicada à antropologia e apresentava um expressivo conjunto de *crânios, esqueletos e outros remanescentes* indígenas. A autora, cuja pesquisa de doutorado em andamento também foi impactada pelo incêndio, analisa neste artigo estas práticas colecionistas que tomaram “o outro como artefato”.

**Mariana Galera Soler** nos convida a conhecer “Conchas, corais e borboletas”, a exposição de longa-duração que acolhia os visitantes do Museu Nacional em 2018. Esta exposição foi elaborada e montada ao longo de mais de cinco anos de trabalho. A autora conseguiu registrá-la em detalhes e partilha conosco parte de seu material de pesquisa por meio de descrição minuciosa e análises, pondo em relevo pesquisa científica e processo curatorial. Neste como em outros textos, estimulamos autores e autoras a inserirem farto material imagético

que consiste também em uma importante documentação do Museu em momentos anteriores ao incêndio, que servirá certamente como fontes e referências para inúmeras pesquisas sobre exposições e acervos desaparecidos.

**Crenivaldo Veloso** nos proporciona um instigante percurso pela trajetória do Museu Nacional ao longo dos seus dois séculos a partir da elaboração do Catálogo Geral das coleções etnográficas. O exercício proposto parte do Catálogo como um objeto a ser analisado e esmiuçado em seus múltiplos aspectos, a partir daí somos convidados a uma reflexão densa sobre os processos que subjazem à sua elaboração, para então explorar o Catálogo como um índice, trazendo à tona uma análise sobre as fases e o desenvolvimento da antropologia no Museu Nacional, tendo como eixo a sua relação com as coleções etnográficas. Esta proposta não só nos leva a refletir sobre o potencial analítico dos objetos e documentos, mas também contribui para a construção de uma memória das coleções etnográficas após o incêndio de setembro de 2018.

O artigo de **Mariane Aparecida do Nascimento Vieira** investiga de forma sensível o impacto do acontecimento sobre todo o corpo de pesquisadores, servidores e discentes, enfocando como estes últimos tiveram suas pesquisas bruscamente interrompidas com a perda de coleções, bases de dados e espaços de produção de conhecimento. Para tanto, a autora traça um histórico das coleções e do Palácio, apontando como aquelas decorrem de processos fundantes da pesquisa científica no país, e como o edifício já havia passado por outros sinistros causados pela ausência de investimento previamente apontados pelos gestores. Entre o material coletado, Vieira pontua o sentimento de perda (de alunos do ensino médio, discentes de pós-graduação e pesquisadores indígenas) que em muitos casos, alimentou o desejo de reformulação dos campos de investigação para temas voltados para o futuro da instituição. Em suma, pessoas e materialidades, não encerram suas histórias no evento trágico.

O desaparecimento de museus e a conseqüente dispersão de suas coleções é tema abordado no artigo de **Cecilia de Oliveira Ewbank**. Tendo como fio condutor a trajetória do Museu Nacional, a autora analisa o destino de coleções que, desalojadas de suas instituições originais, compuseram o acervo de diferentes museus no Rio de Janeiro. Não obstante a intensa criação de museus a partir do século XIX, a autora indica através de diferentes levantamentos realizados entre 1951, 1958 e 2011 que a extinção de museus ocorreu paralela e concomitantemente ao nascimento de outros. Nesse sentido, visa esclarecer o modo como as instituições museológicas, lugares de memória por excelência, estão sujeitas a esquecimentos, impermanências e desfazimentos derivados de seus usos sociais, ou ausência deles. Ao refletir sobre os desvios que afetam a expectativa biográfica das instituições museológicas, o artigo contribui para o debate sobre o destino dos museus e de suas coleções.

**Lilian Alves Gomes** é egressa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Neste texto, elaborado a partir de sua tese de doutorado, traça uma reflexão sobre os colecionamentos envolvendo ex-votos,

apresentando-nos, com profundidade, os múltiplos espaços, contextos, significados e sentidos na trajetória dos ex-votos, passando por coleções privadas e instituições museais públicas no Brasil. Sua contribuição recupera momentos importantes nas trajetórias e destinos dos ex-votos no Nordeste do Brasil, trazendo experiências instigantes sobre as mudanças de status de um tipo de “objeto” ao longo de sua “vida”. Assim, somos convidados a acompanhar seus percursos entre o descarte e a recuperação, em um processo de significação e ressignificação, tecendo uma trama complexa a partir da ação de múltiplos atores e intencionalidades. Esta pesquisa é um exemplo de como a atuação do Museu Nacional se desdobra para muito além dos seus muros e acervos.

Com a reunião e publicação deste conjunto de textos prestamos nossa homenagem ao Museu Nacional, mostrando que malgrado as perdas no incêndio, sua trajetória rica e partilhada por tantos atores não desaparece sem deixar rastros. Ao contrário, mostramos aqui que há muitas vias de reconhecimento do trabalho desta instituição bicentenária, seja por meio do resgate físico de partes do acervo, pela reorganização da informação sobre os acervos e as exposições, pela recuperação da memória institucional e das inúmeras redes de afeto construídas em torno do Museu, pela valorização da produção científica oriunda de seus quadros (docentes, técnicos e discentes), etc. São tempos em que os museus são chamados a não se acomodarem e se reinventarem para continuar fazendo sentido para a sociedade. O Museu Nacional tem demonstrando uma enorme potência para esta reinvenção, a partir dos seus principais valores, que são sua equipe e a credibilidade construída ao longo de uma rica trajetória. Mas é necessário um amparo sólido. Nenhum acervo ou patrimônio está a salvo dos riscos, vide outros casos recentes de incêndios que se abateram em várias partes do mundo. A falta de investimentos e manutenção é um agravante que inquieta todo o campo. Precisam-se de políticas públicas específicas para museus universitários e também para coleções universitárias não institucionalizadas que envolvam setores (e responsabilidades) não somente da academia, mas da educação em senso largo, da cultura, da ciência e tecnologia e do desenvolvimento. Este volume especial da Revista Ventilando Acervos é somente uma pequena contribuição, com algumas pistas que não têm a intenção de “acomodar” as coisas, mas de provocar reflexões sobre porque as coisas não têm paz<sup>26</sup>.

Em outubro de 2018 o Fórum Permanente de Museus Universitários reuniu-se pela quinta vez na cidade de Belo Horizonte e divulgou ao final um documento com diretrizes para uma política de museus e coleções universitárias que elenca entre suas premissas o reconhecimento de:

- 1) Que as coleções e os museus universitários são responsáveis pela preservação de parte significativa do patrimônio cultural brasileiro, constituído por evidências de todos os campos do conhecimento.
- 2) Que as coleções e os museus universitários são importantes fontes e referências para o ensino, a pesquisa e extensão.
- 3) Que as coleções e os museus universitários são importantes fontes e referências para a memória e o desenvolvimento das universidades e da sociedade, correspondendo aos anseios científicos e culturais tanto das comunidades locais quanto da comunidade mundial.
- 4) Que os fatores supramencionados tornam

<sup>26</sup> ARNALDO, Antunes & GIL, Gilberto. **As coisas**. In: VELOSO, Caetano & GIL, Gilberto. *Tropicália 2*. Polygram, 1993. Disponível em: <[http://www.arnaldoantunes.com.br/new/sec\\_discografia\\_sel.php?id=113](http://www.arnaldoantunes.com.br/new/sec_discografia_sel.php?id=113)> Acesso em 25 de junho de 2019.

imprescindível a adoção de uma política de preservação desse patrimônio no Brasil, formulada com a participação da comunidade universitária, amplamente publicizada e periodicamente revista (...) <sup>27</sup>

Além do Fórum Permanente, já existente há mais de uma década, articula-se também uma Rede Museus e Coleções Universitários buscando, ambos, pautas conjuntas de fortalecimento destas instituições junto, por exemplo, ao Governo Federal e ao Conselho Internacional de Museus (ICOM). Segundo o International Committee for University Museums and Collections (UMAC/ICOM), comitê temático do ICOM dedicado a museus e coleções universitários, existem ao menos 136 museus vinculados a universidades no Brasil (Bosso & Almeida, 2019). Estas instituições encontram-se estranguladas do ponto de vista financeiro e também de recursos humanos.

O que aconteceu com o Museu Nacional deveria servir de alerta, mas, ao contrário, estamos vivendo tempos de aprofundamento do desmonte das universidades públicas brasileiras. As perspectivas de redução ainda mais dos recursos e de fim dos concursos públicos pintam cenários de maior penúria e riscos aos acervos, bem como de perda na capacidade de acumulação e transmissão de saberes pelas equipes devido a uma maior rotatividade. O tom deste texto de apresentação não é de pessimismo, é de luta!

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. S. G. de. **Colecionando Segredos: os aruanãs e as práticas de colecionamento no médio Araguaia**. Soc. e Cult. Goiânia, v. 21, n. 1, p. 49-71, 2018.

\_\_\_\_\_. **Os huumari, o obi e o hyri: a circulação dos entes no cosmo Karajá**. 2016. 108f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

APPADURAI, A. (Org). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EdUFF, 2008

ARNALDO, Antunes & GIL, Gilberto. **As coisas**. In: VELOSO, Caetano & GIL, Gilberto. Tropicália 2. Polygram, 1993. Disponível em: <[http://www.arnaldoantunes.com.br/new/sec\\_discografia\\_sel.php?id=113](http://www.arnaldoantunes.com.br/new/sec_discografia_sel.php?id=113)> Acesso em 25 de junho de 2019.

BOSSO, Bianca & ALMEIDA, Luane. **Falta de investimento põe em risco museus universitários no Brasil**. Revista ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Dossiê Universidade Pública 8 de julho de 2019. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/falta-de-investimento-poe-em-risco-museus-universitarios-no-brasil/>> Acesso em 12 de julho de 2019.

BRUNO, Cristina. **Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios**. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Márcio F. (Orgs.) **Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2009. (Livro eletrônico)

DUARTE, L. F. D. **O Museu Nacional: ciência e educação numa história institucional brasileira**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 25, n. 53, p. 359-384, 2019.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora Medianiz, 2014. 240 p.

EWBANK, Cecília de Oliveira. **A parte que lhe cabe desse patrimônio: o projeto indigenista de Heloísa Alberto Torres para o Museu Nacional (1938-1955)**. 2017. 296f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

EWBANK, Cecília de Oliveira; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Por detrás de uma coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro: vozes, silêncios e desafios**. MIDAS, 8, 2017.

EWBANK, Cecília de Oliveira; GRIPP, Maria Pierro. **O oculto em movimento: ressignificando uma coleção etnográfica na reserva técnica**. Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016.

Fórum Permanente de Museus Universitários. **Diretrizes para uma política de museus e coleções universitárias - documento preliminar**. Belo Horizonte, 2018. (Manuscrito não publicado)

INGOLD, Tim. "Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais" in: **Horizontes Antropológicos**, v. 18, n. 37, Porto Alegre, jan/jun 2012, p. 25-44.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Kanaxywe e o mundo das coisas Karajá: Patrimônios, museus e estudo etnográfico da coleção William Lipkind do Museu Nacional**, RJ [manuscrito]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás; CNPq, 2012.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Coleção William Lipkind do Museu Nacional: trilhas antropológicas Brasil-Estados Unidos**. Mana, v. 23, n. 3, p. 473-509, 2017.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus de ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAIA, Emílio Joaquim Silva. **Esboço histórico do Museu Nacional, servindo de introdução a trabalhos sobre as principais espécies zoológicas do mesmo estabelecimento**. Trabalhos da Sociedade Vellosiana. Rio de Janeiro: Biblioteca Guanabarensis, 1852.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; SANTOS, Rita de Cássia Melo. **Descolonizando a ilusão museal – etnografia de uma proposta expositiva**. In: LIMA FILHO, Manuel; ATHIAS, Renato; ABREU, Regina. (orgs.). **Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas**. Recife: Editora UFPE, 2016.

SÁ, D. M.; SÁ, M. R.; LIMA, N. T. **O Museu Nacional e seu papel na história das ciências e da saúde no Brasil**. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 34, n.12, 2018.